

Os obstáculos a uma retomada do crescimento

Há poucos dias, ao comentar as promessas feitas por alguns candidatos à Presidência da República durante a primeira fase da campanha eleitoral, o ministro João Batista de Abreu fez uma advertência: a retomada do crescimento econômico do país será muito mais difícil do que a maioria dos candidatos apregoava em seus programas, porque os serviços de infra-estrutura — energia elétrica, vias de transporte, garantia de abastecimento de combustíveis, telecomunicações — são insuficientes, estão em situação mais do que precária e em franca e acelerada deterioração. Os mesmos males que atingem a área social pública — educação, saúde, segurança etc.

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) tem publicado nos últimos tempos grandes anúncios nos jornais advertindo as autoridades e a população para o problema no setor energético. Em energia elétrica, o quadro é dramático: algumas regiões do Norte e Nordeste, desde o ano passado, já convivem com o racionamento em algumas épocas do ano; a hidrelétrica de Xingó, que poderia resolver em parte a situação, está com suas obras semiparalisadas há quase um mês porque a Eletrobrás não tem dinheiro para pagar as empreiteiras; agora, o governo do Paraguai está ameaçando não entregar ao Brasil parte da energia produzida por Itaipu se o governo brasileiro não lhe pagar uma dívida de US\$ 154 milhões por fornecimentos já realizados.

Um anúncio da ABDIB inserido nos jornais de terça-feira passada mostra como é sombrio o panorama também na área de combustíveis derivados do petróleo. O Brasil produzirá, em média, este ano, 650 mil barris por dia de petróleo, cerca de 54% do consumo nacional. Dentro de dez anos, com 180 milhões de habitantes, estaremos consumindo 1.540 mil barris por dia, o que irá aumentar nossa dependência de importações. Isso com um crescimento meramente vegetativo do consumo. Acontece que a produção interna não está crescendo, porque a Petrobrás diminuiu drasticamente seus investimentos em prospecção, exploração e refino de petróleo: entre 1988 e 1989, os investimentos da empresa caíram cerca de 50% em termos reais; em 1987, o Brasil executou 934 poços, dos quais 145 no mar; este ano, com muito esforço, chegaremos a 620 poços, 55 no mar.

Não é diferente a situação em outros setores de infra-estrutura. Os telefones funcionam cada vez mais precariamente: em 1984, apenas 6% das ligações tentadas não se completavam na primeira discagem; no ano passado esse índice já estava em 26,8%. É lastimável também o estado geral das estradas de rodagem federais no país.

E não há sinais de que este quadro possa mudar a curto prazo. Os investimentos em todo o setor estatal foram novamente cortados para 1990. O Estado brasileiro, apesar de depender sem dúvida dos contribuintes, via impostos, taxas e contribuições, federais, estaduais e municipais, gasta praticamente tudo o que arrecada com o custeio da máquina pública. As empresas estatais, que poderiam gerar recursos para investimentos com a venda de seus produtos e serviços, sofrem do mesmo problema de má administração; estão de tal forma endividadas, que praticamente nada aplicam em novos projetos ou na ampliação da capacidade de produção de suas fábricas e usinas.

Mesmo a Petrobrás, que até o ano passado era empresa bem lucrativa e era apresentada como exemplo de estatal bem administrada, entrou em parafuso, caiu na vala-comum do deficitário sistema produtivo (???) do Estado brasileiro. O resultado do balanço da empresa nos nove primeiros meses do ano apresenta um lucro líquido de NCz\$ 1 bilhão, cerca de US\$ 288 milhões, 21,6% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior. Mas é um lucro meramente contábil: ele inclui créditos que a Petrobrás tem a receber de outras empresas do governo, dinheiro cuja cor ela sabe que não verá tão cedo. Sem eles, o lucro se transforma num prejuízo de US\$ 254 milhões. Além disso, a Petrobrás deve US\$ 492 milhões aos cofres da União, referentes ao empréstimo compulsório que ela recolheu e não repassou ao FND. Aliás, esses calotes no mundo estatal são uma rotina: a Rede Ferroviária deve à Eletrobrás, a Eletrobrás deve à Petrobrás, a Petrobrás deve ao governo federal...

A recuperação da capacidade de investimento do Estado brasileiro não acontecerá a curto prazo, porque ela demanda uma reestruturação total da máquina pública, medida que encontra sérias resistências no setor político e na burocacia. Além do mais, a deterioração dos serviços sociais chegou a um tal grau, a qualidade de vida oferecida à população de baixa renda é tão ruim que a maior parte dos recursos disponíveis deverá ser encaminhada para a solução desses problemas. Afinal, a obrigação precípua do Estado é cuidar da saúde, da educação, da segurança dos cidadãos.

Para resolver os buracos na área de infra-estrutura econômica só há uma saída: a abertura total desses setores ao capital privado, nacional e internacional. Como está fazendo Carlos Menem na Argentina com as ferrovias, com as rodovias, com as telecomunicações. E até com um dos maiores fetiches do nacionalismo latino-americano: o petróleo. A estatal YPF, a Petrobrás deles, não é mais a única empresa a atuar no mercado; poderá ter a concorrência, em condições iguais, de capitais nacionais e estrangeiros. Esses grupos poderão fazer o que quiserem com o petróleo que extraírem depois de garantir à YPF o fornecimento de 8 milhões de metros cúbicos anuais, cerca de um terço da produção global argentina. Esta semana Menem assinou decreto dando livre trânsito, para entrada e saída, aos capitais estrangeiros na Argentina.

Os nacionalistas argentinos descobriram que não adianta ter recursos naturais abundantes se não se pode dispor de dinheiro para transformar esses recursos em riquezas que beneficiem toda a população. Uma lição que os políticos brasileiros ainda não aprenderam.